SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
Ano 01 - 2009
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS**

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO N°. 586/2009 - GP.**

Janduís, 16 de novembro de 2009.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUIS, no uso de suas atribuições legais, principalmente as que lhe conferem a Lei Orgânica do Município no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO** os termos da Lei Municipal nº. 191/1997, com suas devidas alterações, que dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Alimentação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de renovação e atualização do Conselho, com fulcro na Lei Municipal nº. 358/2009, que alterou e acresceu os dispositivos da Lei 191/19997;

**D E C R E T A**:

**Art. 1° -** Ficam nomeados para terem assento no Conselho Municipal de Alimentação Escolar os seguintes conselheiros:

**I. Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.**
· Maria de Fátima Oliveira Fernandes - Titular
· Edileuza Alves - Suplente

**II. Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Publica**
· Paulo Silvano Gomes - Titular
· Fábia dos Santos Silva Freitas - Titular
· Darinaide Silva Duarte - Suplente
· Sueli Cabral da Silva - Suplente

**Expediente:**
**Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN**

**Diretoria 2009/2011**

| | |
|---|---|
| **Presidente:** | **Luiz Benes Leocadio de Araujo** – Lajes |
| 1° Vice - Presidente: | Jaime Calado Pereira Dos Santos - São Gonçalo Do Amarante |
| 2° Vice - Presidente: | Maria De Fatima Rosado Nogueira - Mossoró |
| 3° Vice - Presidente: | José Galeno Diorgenes Torquato - São Miguel |
| 4° Vice - Presidente: | Flavio Azevedo Rodrigues De Aquino - Nova Cruz |
| 5° Vice - Presidente: | Ivan Lopes Junior - Assú |
| 1° Secretário: | Pedro Augusto Lisboa - Passa e Fica |
| 2° Secretário: | Salomão Gurgel Pinheiro - Janduís |
| 1° Tesoureiro: | Antonio Marcos De Abreu Peixoto - Ceará Mirim |
| 2° Tesoureiro: | Expedito Salviano - Venha Ver |

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

III. **(Revogado pelo Decreto Lei nº. 614/2009)**

**IV. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janduís (Entidade Civil Organizada)**
· Maria Célia da Silva Alencar - Titular
· Heronides Lima da Silva Neto - Suplente

**V. Representantes da Associação Comunitária Santa Terezinha (Entidade Civil Organizada)**
· Sebastião Afonso de Azevedo Neto - Titular
· João Eudes Aves da Silva - Suplente

**VI. Representantes dos Professores da Educação Básica (Entidades de Trabalhadores da Educação)**
· Suêrda Mairá Araújo de Oliveira - Titular
· Verinilda Arruda de Melo - Titular
· Solange Maria Vieira Roberto - Suplente
· Francilene Fernandes de Araújo – Suplente

**VII. (Revogado pelo Decreto Lei nº. 614/2010)**

**Art. 2º** - As funções dos Conselheiros constituem-se em serviços público relevante, não sendo remunerado sob qualquer forma.

**Art. 3º** - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar será de 04 (quatro) anos.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***SALOMÃO GURGEL PINHEIRO***
Prefeito

**Publicado por:**
Antônio Estevam Sobrinho
**Código Identificador:**7D4F1C6B

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO N°. 614/2010 - GP.**

Janduís, 17 de setembro de 2010.

Altera a composição dos membros do Conselho Municipal de Alimentação, revogando os incisos III e VII e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUIS, no uso de suas atribuições legais, principalmente as que lhe conferem a Lei Orgânica do Município no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO** os termos da Lei Municipal nº. 191/1997, com suas devidas alterações, que dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Alimentação;

**CONSIDERANDO** os termos do Decreto Municipal nº. 586/2009, que renovou Conselho Municipal de Alimentação;

**CONSIDERANDO** por fim, o que dispõe a Resolução nº. 38 de 16 de julho de 2009 – FNDE;

**D E C R E T A**:

**Art. 1° -** Ficam revogados os incisos III e VII do Decreto Municipal nº. 586 de 16 de novembro de 2009, em consonância com o que resta previsto no art.26 da Resolução nº. 39/2009-FNDE.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***SALOMÃO GURGEL PINHEIRO***
Prefeito

**Publicado por:**
Antônio Estevam Sobrinho
**Código Identificador:**EACEC17C

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 165 / 2010 - ADMIN/GP

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal, **FABIANO DOS SANTOS LIMA,** digitador, matrícula: 9130, lotado atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**49D47A0F

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 168 / 2010 - ADMIN/GP

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **MARIA OZINETE CRISPIM DE LIMA,** ASG, matrícula: 30212, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**4BC021DF

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 169 / 2010 - ADMIN/GP

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **MARIA OZINETE CRISPIM DE LIMA,** ASG, matrícula: 2178, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**8531C8C2

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 170 / 2010 - ADMIN/GP

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **MARIA LÚCIA SOARES DO VALE SANTANA,** ASG, matrícula: 590, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**5B7DD122

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 171 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal, **ARMANDO RIBEIRO DE AMORIM JÚNIOR,** vigilante, matrícula: 2798, lotado atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**5A2ECE82

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 172 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **MARIA DE JESUS SILVA BARBOSA,** ASG, matrícula: 485, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**4E46E49A

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 173 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **LUCILEIDE OLIVEIRA DE FÁRIAS,** telefonista, matrícula: 2089, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**DE4CA206

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 174 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal, **ALLISON JOSÉ DA SILVA,** vigilante, matrícula: 9326, lotado atualmente na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**33E84476

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 175 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **EDITE MARIA DA SILVA,** ASG, matrícula: 2356, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Saúde, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**52C0A604

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 167 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **JACI LUCAS PEREIRA LIMA,** ASG, matrícula: 221, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**42F3798F

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 166 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal, **SEVERINA VALENTIM DA COSTA SEGUNDA FERREIRA,** ASG, matrícula: 744, lotada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**F3C33C94

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 163 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal, **JOSÉ ROBERTO FREIRE,** auxiliar administrativo, matrícula: 795, lotado atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**3B23FC76

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 164 / 2010 - ADMIN/GP**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTANHAS**, no uso de suas atribuições constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal, **MANOEL FERREIRA FILHO,** auxiliar administrativo, matrícula: 329, lotado atualmente na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 23 de setembro a 22 de outubro do corrente ano.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Montanhas-RN, em 20 de setembro de 2010.

***MARIA ELIETE COUTINHO BISPO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Andre Balduino Bispo
**Código Identificador:**3E2E2FCF

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

**GABINETE DO PREFEITO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação no uso das suas atribuições que lhe foi conferida, e o que dispões o Art. 24, da Lei n° 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações pela Lei n° 8.883/94, vem tornar público o processo de "DISPENSA DE LICITAÇÃO", para **Contratação de profissional comprovadamente capacitado, na área de artes (instrutor de artes)**.

Valor global R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais); Contratado: **Joelson Felipe da Silva Fernandes (CPF: 009.679.564-63);** Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Avelino-RN, CNPJ: 08.294.654/0001-87.
Pedro Avelino-RN, 01 de Setembro de 2010.

***A COMISSÃO***

***ELSON BATISTA DA TRINDADE***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Domingos José de Araújo Neto
**Código Identificador:**AD28BFF4

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
## PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

### GABINETE
### LEI MUNICIPAL Nº 591/2008 - RECONHECE O NÚCLEO ESPÍRITA A CAMINHO DA LUZ, COM SEDE NO CONJUNTO ESQUINA DO BRASIL, AVENIDA PRAIA DE LAGOA DO SAL, 110 – TOUROS/RN, DE UTILIDADE PÚBLICA

**Lei nº 591/2008**

Reconhece o Núcleo Espírita a Caminho da Luz, com sede no Conjunto Esquina do Brasil, Avenida Praia de Lagoa do Sal, 110 – Touros/RN, de Utilidade Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOUROS/RN:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Reconhece o Núcleo Espírita a Caminho da Luz, com sede no Conjunto Esquina do Brasil, Avenida Praia de Lagoa do Sal, 110 – Touros/RN, de Utilidade Pública.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Touros/RN, 17 de Setembro de 2008.

***HERIBERTO RIBEIRO DE OLIVEIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Edvânia Câmara Fraça de Farias
**Código Identificador:**785C7AAA

### GABINETE
### LEI MUNICIPAL Nº 640/2010 - RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS GASPAR SEVERINO DA SILVA, EM CAJUEIRO – TOUROS

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Idosos Gaspar Severino da Silva, em Cajueiro – Touros/RN.

A Excelentíssima Prefeita do Município de Touros, a Senhora Luciana Vieira da Silva Farias, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Idosos Gaspar Severino da Silva, em Cajueiro – Touros/RN.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Touros/RN, 15 de Setembro de 2010.

***LUCIANA VIEIRA DA SILVA FARIAS***
Prefeita

**Publicado por:**
Edvânia Câmara Fraça de Farias
**Código Identificador:**192F2528

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
## FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE - FEMURN

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA
### PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2010

A Federação dos Municípios do Rio grande do Norte - FEMURN, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.383.627/0001-20, através de **Pregoeiro(a)** regularmente designado(a), torna público, para conhecimento dos interessados, que objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA**, fará licitação na Modalidade Pregão Presencial, do tipo **menor preço global para lote único**, a qual será regida pela **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente, pela **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 (com posteriores alterações) e demais disposições legais aplicáveis e previstas no presente **Edital**, cujos envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**" deverão ser entregues até as **09:00 horas do dia 08 de OUTUBRO de 2010**, no Setor de Licitação, do edifício-sede da FEMURN, situado na **Rua Romualdo Galvão, 1017, Tirol - Natal/RN – CEP nº 59.022-460**, com abertura do certame prevista para a mesma data e horário.

Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este **Pregão** serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Federação que se seguir, se outra data não tiver sido definida pelo(a) **Pregoeiro(a)**.

No local acima indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este **Pregão**, com respeito ao (à):

**1.** credenciamento dos representantes legais das **licitantes** interessadas em participar deste **Pregão**;

**2.** recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**";

**3.** abertura dos envelopes "**Proposta de Preços**" e exame da conformidade das propostas;

**4.** divulgação das **licitantes classificadas** e das **desclassificadas;**

**5.** condução dos trabalhos relativos aos **lances verbais;**

**6.** abertura do envelope "**Documentação de Habilitação**" da **licitante detentora do menor preço** e exame da habilitação;

**7.** devolução dos envelopes "**Documentação de Habilitação**" fechados às demais **licitantes,** após a assinatura do contrato pela **licitante vencedora;** e

**8.** outros que se fizerem necessários à realização deste **Pregão**.

**1.0 - DO OBJETO DO PREGÃO**

**1.1.** Constitui-se objeto do presente Pregão a **Aquisição de MATERIAL DE INFORMÁTICA** a serem utilizados no desenvolvimento de atividades da Federação, consoante autorização do Presidente, motivada pelas justificativas técnico-jurídicas formuladas pela **Secretaria Executiva** da referida Federação.

**1.2.** Os quantitativos, unidades e especificações técnicas dos equipamentos licitados, objeto deste Pregão, estão contidas no **Anexo I** (Termo de Referência), deste **Edital**.

**2.0 – DOS ANEXOS DESTE EDITAL**

**2.1.** São partes integrantes deste **Edital**:

**Anexo I**: Termo de Referência;

**Anexo II**: Minuta dE contrato.

**3.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento a cargo da Federação, cujos programas de trabalho constarão da(s) respectiva(s) ordem de compra, ou documento equivalente.

**4.0 - DA IMPUGNAÇÃO, CONSULTAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.**

**4.1.** Até **dois (2) dias úteis**, antes da data fixada no preâmbulo, deste Edital, para recebimento dos envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**", qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos**, **providências** ou **impugnar** os termos deste **Edital**, cabendo o(a) **Pregoeiro(a)**, auxiliado pelo responsável pela elaboração do referido instrumento convocatório, decidir sobre a petição no prazo de até **vinte e quatro (24) horas**.

**4.2.** Acolhida à **impugnação** contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**4.3.** Decairá do direito de **impugnar** os termos deste **Edital** o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no presente **Edital** até o **segundo dia útil** que anteceder a data de realização deste Pregão, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

**4.4.** Não serão conhecidas as **impugnações** interpostas, quando vencidos os respectivos prazos legais.

**4.5.** Os pedidos de **esclarecimentos** formais e **impugnações**, referentes ao presente **Certame**, deverão ser protocolizados no Prédio Sede da FEMURN, localizado na **Rua Romualdo Galvão, 1017, Tirol - Natal/RN – CEP nº 59.022-460**, endereçado ao **Pregoeiro** ou através do fax **(84) 3212-2545**, cujas respostas serão disponibilizadas através de E-mail ou Fax, ficando as empresas interessadas em participar desta licitação **obrigadas** a acessá-lo, **todos os dias**, para a obtenção das informações prestadas.

**4.6.** A entrega dos Envelopes referidos no **subitem anterior**, sem que tenha sido tempestivamente **impugnado** o presente **Edital**, implicará em plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

**4.7.** Informações e esclarecimentos aos licitantes, notadamente relacionados às **especificações do objeto**, deste **Edital**, serão dados pelo **Pregoeiro** da federação, no horário das **08:00** às **12:00** e **14:00** às **18:00 horas**, pelo telefone PABX **(84) 3212-2545**.

**5.0 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderá participar desta licitação, **toda e qualquer firma individual** ou **sociedade**, regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

**5.2.** Os interessados deverão retirar o **Edital** e seus **Anexos,** através de representante, no **Setor de Licitação** da referida Federação.

**Obs.:** As **Microempresas - ME** ou as **Empresas de Pequeno Porte – EPP** que se enquadrem nos termos da **Lei Complementar nº 123**, de **14 de dezembro de 2006**, para participarem do presente **Certame** deverão estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

**5.3.** Não será admitida, nesta licitação, a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

**I** - Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**II** – Encontrem-se sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**III** - Tenham sido suspensas, temporariamente, de participar de licitações e/ou declaradas inidôneas para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, salvo as reabilitadas;

**IV** - Estar inadimplente com obrigações assumidas perante a FEMURN;

**5.4.** A empresa licitante deverá ter ciência de que seu **representante legal** não poderá, em hipótese alguma, representar mais de uma firma, sob pena de, verificando-se tal situação, ser, as empresas assim representadas, prontamente desclassificadas/inabilitadas, sem que lhes caiba nenhum recurso ou indenização.

**6.0 - DA CONDUÇÃO DO CERTAME**

**6.1.** O presente **certame será conduzido** por **Pregoeiro(a)** regularmente designado(a), que, assistido(a) por sua Equipe de Apoio, terá, em especial, as seguintes atribuições:

**I** - O credenciamento dos interessados;

**II** - O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

**III** - A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

**IV** - A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

**V** - A adjudicação da proposta de menor preço;

**VI** - A elaboração de ata;

**VII** - A condução dos trabalhos da equipe de apoio;

**VIII** - O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e

**IX** - O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

**7.0 - DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.** No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao(à) **Pregoeiro(a)**, quando solicitado, exibindo a respectiva **cédula de identidade** ou **documento equivalente** e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de lances verbais, oferta de descontos e para a prática dos demais atos do certame, conforme modelo em anexo**.**

**7.2.** Se a empresa se fizer representar por **procurador**, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por **instrumento público** ou **particular**, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

**7.3.** Fazendo-se representar a licitante pelo seu **sócio-gerente**, **diretor** ou **proprietário**, deverá apresentar **cópia autenticada** do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem o representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**7.4.** Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**".

**7.5.** Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

**7.6.** A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos **subitens 7.2** e **7.3**, deste **Edital**, não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se na apresentação de lances verbais e demais fases subseqüentes do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

**8.0 - DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**8.1.** A sessão para recebimento e abertura dos envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**" será pública e se realizará no local e horário determinados no preâmbulo, deste **Edital**.

**8.2.** Declarada aberta a sessão pelo(a) **Pregoeiro(a)**, o(s) representantes(s) da(s) licitante(s) apresentará(ão) **declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação** e entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

**8.3.** A declaração de que trata o **subitem anterior**, deverá ser entregue separadamente dos envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**".

**8.4.** Os envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**" deverão ser apresentados ao Pregoeiro em envelopes distintos, opacos e lacrados, contendo em seu exterior as seguintes informações:

**ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**
**FEMURN**
**RAZÃO SOCIAL E C.N.P.J. DA LICITANTE**
**PREGÃO Nº 01/2010**

**ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
**FEMURN**
**RAZÃO SOCIAL E C.N.P.J. DA LICITANTE**
**PREGÃO Nº 01/2010**

**8.5.** Inicialmente, será aberto o **Envelope 01** – Proposta de Preços – e, após, o **Envelope 02** – Documentação de Habilitação, da empresa de melhor preço.

**9.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (COMERCIAL)**

**9.1.** A Proposta de Preços deverá ser datilografada ou impressa em papel timbrado, **em uma via**, redigida em língua portuguesa (salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente), sem ressalvas, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo responsável ou procurador da empresa licitante, bem como numeradas em ordem crescente, além de conter o seguinte:

**I** - Razão social, CNPJ/MF, endereço completo, CEP, **e-mail**, **fax** e **telefone** do licitante, bem como, **conta corrente**, **nome e número da agência bancária** pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados pela Federação, na hipótese de sagrar-se vencedora desta licitação;

**II** - Preços unitário e total, conforme **Planilha de Formação de Preços**, em real, com duas casas decimais, **expressos em algarismo e por extenso**, de forma clara e precisa, limitados rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, ficando estabelecido, desde já, que na hipótese de divergência entre um e outro (unitário e total), o(a) **Pregoeiro(a)** adotará o unitário para fins de apuração do real valor da proposta;

**III** - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **sessenta (60) dias**, a contar da data da Sessão de abertura deste Pregão, ficando estabelecido que a ausência dessa indicação será entendida, para todos os efeitos legais, como aceitação tácita dessa condição;

**IV –** Especificação clara e sucinta dos equipamentos licitados a serem adquiridos, com indicação de marca, do ano e do respectivo lote de fabricação;

**V** – Constar, em anexo, catálogos, prospectos e/ou outros documentos referentes aos equipamentos licitados, a fim de proporcionar ao(à) **Pregoeiro(a)** maior precisão na aferição da qualidade e aceitabilidade dos equipamentos ofertados;

**VI** – O nome, estado civil, profissão, número do CPF e da Cédula de Identidade, domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato decorrente desta licitação;

**VII – Declaração** expressa e sob as penas da lei, de que, sagrando-se vencedora do certame, compromete-se a:

**a**) comparecer à sede da Federação, quando regularmente convocada para a assinatura do respectivo contrato, através de seu representante legal, indicado nos termos do **inciso VI**, do **subitem 9.1**, deste **Edital**;

**b**) entregar os equipamentos, objeto desta licitação, em plena e total condição de uso/funcionamento, no prazo de até **vinte (20) dias úteis**, contado da data de assinatura do respectivo contrato;

**c**) efetuar a troca/substituição, no prazo máximo de **dez (10) dias úteis**, de qualquer equipamento fornecido à Federação que, comprovadamente, estiver **fora das especificações contidas na proposta**, sem qualquer ônus adicional para a referida Federação;

**d**) fornecer os equipamentos licitados **novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor**, de **boa qualidade** e de **excelente aceitação no mercado**, bem assim, com **prazo de garantia** de, no mínimo, **um (01) ano**, contado da data de recebimento definitivo dos equipamentos pela Federação;

**e**) entregar os equipamentos que lhe forem adjudicados em rigorosa e estreita conformidade com as exigências e condições estabelecidas neste **Edital**;

**9.2.** Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da execução do contrato a ser firmado, tais como transporte, mão-de-obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; embalagens, prêmios de seguro, fretes e taxas; substituição de equipamentos, enfim, de qualquer outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Pregão.

**9.3.** Os preços propostos serão, para todos os efeitos legais, de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto e, **em nenhuma hipótese**, os preços unitários poderão ultrapassar aqueles fixados pela Federação.

**10.0 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1.** No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **menor preço para o lote único**, os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade definidos neste **Edital**.

**10.2.** Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços escritas, o autor da oferta de **valor mais baixo** por lote e todas as ofertas com preços até **dez por cento (10%)** superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

**10.3.** Após apresentação da proposta escrita, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

**10.4.** Serão **desclassificadas** as **propostas escritas** que:

**I -** For elaborada em desacordo com os termos deste **Edital** e de seus **Anexos**, ou que forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento;

**II -** Se opuser a quaisquer dispositivos legais vigentes, mormente no que tange aos aspectos tributários;

**III –** Ofertar preço unitário acima de **três por cento (3%)** do valor unitário fixado pela Federação no **Anexo I**, deste **Edital**, para aquisição dos equipamentos ora licitados, ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto desta licitação**;**

**IV -** Consignar preços unitários, totais e/ou global, simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero;

**V -** Ofertar **equipamentos licitados** sem a marca, modelo e lote de fabricação, bem assim, com características que não atendam às especificações técnicas básicas indicadas no **Anexo I** (Termo de Referência), deste **Edital**;

**VI** - Que contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**10.5.** Em não havendo, pelo menos, **três (3) ofertas** nas condições definidas no **subitem 10.2**, deste **Edital**, ou seja, na margem do percentual de **dez por cento** (**10%**) em relação ao menor preço ofertado, deverão, os autores das melhores propostas escritas em ordem crescente de valores, até o máximo de **três (3)**, integrar a relação de empresas classificadas a participar da disputa de lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços propostos.

**10.6.** O(A) **Pregoeiro(a)** convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, concedendo, a cada um deles, o prazo de, no máximo, **dois (2) minutos** para oferta de seus lances,

**10.7.** A **desistência em apresentar lance verbal**, quando convocado pelo(a) **Pregoeiro(a)**, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**10.8.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste **Edital** e na legislação aplicável ao presente certame.

**10.9.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

**10.10.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o(a) **Pregoeiro(a)** examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**10.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço**, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**10.12.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no **Edital**, a licitante será **declarada vencedora**.

**10.13.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) **Pregoeiro(a)** examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao **Edital**, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**10.14.** Nas situações previstas nos **subitens 10.9**, **10.10** e **10.13**, deste **Edital**, o(a) **Pregoeiro(a)** poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**10.15.** Proclamado o resultado do julgamento da licitação, o(a) **Pregoeiro(a)** franqueará a palavra aos representantes das empresas presentes para que, querendo, possam manifestar a intenção de interpor recurso contra as decisões adotadas.

**10.16.** Não havendo quem pretenda recorrer, o(a) **Pregoeiro(a) adjudicará** o objeto do certame em favor da(s) licitante(s) vencedora(s).

**10.17.** Adjudicado o objeto, a licitante vencedora terá o prazo de **dois (2) dias úteis**, contado da data de adjudicação, para entregar, no **Setor de Licitação** da Federação, a via escrita de sua proposta definitiva de preço.

**10.18.** Atendida a exigência estabelecida no **subitem anterior**, o(a) **Pregoeiro(a)** encaminhará os autos ao Senhor Presidente da Federação para fins de **homologação** do resultado.

**10.19.** Manifestando qualquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para fins de **adjudicação** e **homologação** do resultado após o transcurso do prazo pertinente à fase recursal.

**10.20.** Caso entenda necessário proceder a exame mais detalhado de lances verbais ou da documentação, poderá o(a) **Pregoeiro(a)**, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data, o horário e o local em que será divulgado o resultado do julgamento.

**10.21.** Das reuniões relacionadas com o presente certame serão lavradas atas circunstanciadas, as quais serão assinadas pelo(a) **Pregoeiro(a)**, pelos Membros da Equipe de Apoio e também pelos representantes das empresas presentes à Sessão.

**10.22.** Nas atas a que se refere o **subitem anterior** serão consignados os nomes de todas as licitantes, as reclamações e requerimentos apresentados, bem como as demais ocorrências que interessem ao procedimento.

**10.23.** Caso todas as **propostas escritas** sejam **desclassificadas** quando do confronto com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o(a) **Pregoeiro(a)**, a seu exclusivo critério, fixar às licitantes o prazo de **oito (8) dias úteis** para a apresentação de novas ofertas escoimadas das causas que motivaram a **desclassificação**, admitindo-se, nesta hipótese, a cotação de preços distintos dos inicialmente ofertados.

**10.24.** O procedimento do **subitem anterior** poderá ser adotado também no caso de **inabilitação** de todas as licitantes, hipótese em que a nova documentação deverá ser apresentada ao(à) **Pregoeiro(a)** no prazo máximo de **oito (8) dias úteis**, contado da data da lavratura da respectiva ata.

**10.25.** O(A) **Pregoeiro(a)** ou o **Presidente** da Federação poderá solicitar esclarecimentos, pareceres e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do presente processo licitatório, sempre que julgar necessário, fixando prazo aos setores competentes ou às licitantes para o atendimento, vedada, por parte destas, a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta/documentação.

**10.26.** Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "**Proposta de Preços**" e "**Documentação de Habilitação**" em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dos trabalhos dar-se-á em Sessão a ser convocada posteriormente, mediante convocação por escritos a todos os licitantes participantes do certame.

**10.27.** Havendo interrupção dos trabalhos os envelopes não abertos, depois de serem rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo(a) **Pregoeiro(a)**, pelos Membros da Equipe de Apoio e pelos representantes legais das **licitantes** presentes, ficarão sob a guarda do(a) **Pregoeiro(a)** até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

**10.28.** Todas as **propostas de preços escritas** e os **documentos de habilitação** serão rubricados, obrigatoriamente, pelo(a) **Pregoeiro(a)**, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais das **licitantes** presentes à sessão deste Pregão.

**10.29.** Após a homologação do presente certame, a licitante cuja documentação não tiver sido examinada terá o prazo de **dez (10) dias**

**úteis** para recolher o respectivo envelope junto ao **Setor de Licitação** da Federação, findo o qual o envelope e seu conteúdo serão fragmentados.

**11.0 - DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** A documentação de habilitação a ser apresentada pela licitante, na forma preconizada no **subitem 8.4**, deste **Edital**, consistirá dos seguintes documentos:

**I - Habilitação Jurídica:**

**a**) **Registro comercial**, no caso de empresa individual, através da certidão (declaração) da Junta Comercial;

**b**) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado;

**c**) **Inscrição do ato constitutivo** no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**d**) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.

**II - Regularidade Fiscal:**

**a**) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ), através do respectivo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal;

**b**) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual** ou **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c**) Prova de regularidade com as **Fazendas Federal** (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais), **Estadual** (Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa de Débitos Estaduais) e **Municipal** (Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da empresa licitante;

**d**) Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social** (CND do INSS) e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

**III - Qualificação Técnica:**

**a**) **Apresentação de um, ou mais, atestados de capacidade técnica**, exclusivamente em nome do **licitante**, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento dos equipamentos licitados compatíveis em **características, quantidades e prazos**, com o objeto da presente licitação;

**b**) **Declaração** expressa de que os equipamentos a serem entregues possuem assistência técnica autorizada pelo fabricante dos mesmos, na região metropolitana da grande Natal, indicando o nome, endereço, telefone e CNPJ, da empresa que irá prestar a assistência tecnica;

**IV - Qualificação Econômica Financeira:**

**a**) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo(s) distribuidor(es) judicial(ais) da sede da licitante, relativa aos últimos **cinco (5) anos**, dentro dos **sessenta (60) dias** anteriores à data fixada para a realização do certame.
**Obs.:** Caso a sede da licitante seja fora do Estado do Rio Grande do Norte e a expedição da certidão não seja feita através de órgão centralizador, deverá a licitante apresentar documento expedido pela Corregedoria Geral da Justiça ou Órgão equivalente do Poder Judiciário, onde a empresa tem sede, informando quais os cartórios de registro de distribuição, juntando-o às certidões expedidas por esses cartórios;

**b**) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei. Serão considerados como na forma da lei (inciso I, do art. 31, da **Lei nº 8.666/93**), o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

**1**) Nas Sociedades regidas pela **Lei nº 6.404/76**, Sociedade Anônima ou por Ações, deverão ser apresentados em publicação do Diário Oficial ou publicados em Jornal de grande circulação, ou por fotocópia registrada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

**2**) Nas sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA), deverão ser apresentados por fotocópia do Balanço Patrimonial

com os Termos de Abertura e Encerramento e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante. Será rigorosamente observada a exigibilidade do Balanço para o exercício social determinado no Ato Constitutivo;

**3**) Nas sociedades sujeitas ao regime estabelecido na **Lei nº 9.317/96** (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES), por fotocópia do Balanço Patrimonial com os Termos de Abertura e Encerramento e das Demonstrações Contábeis devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

**4**) As empresas com menos de um exercício financeiro deverão cumprir as exigências, mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

**5**) Os documentos solicitados na **alínea "b"**, do **inciso IV**, do **subitem 11.1**, deste **Edital,** conforme o caso, deverão ser apresentados contendo identificação e assinatura do representante legal da empresa e do seu contador, inclusive indicando o número do registro do contador no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

**11.2. Comprovação de capital social integralizado** ou **patrimônio líquido** correspondente a, no mínimo, **dez por cento** (**10%**) do valor global de proposta inicial de preços, mediante a apresentação do balanço patrimonial de que trata a **alínea "b"**, do **inciso IV**, do **subitem 11.1,** deste **Edital**, ou por meio de Certidão Simplificada da Junta Comercial**.**

**11.3. Declaração** expressa, em papel timbrado da empresa de que:

**a**) não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme disposto no Inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

**b**) não está inidônea nem se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem assim, de que está ciente da obrigatoriedade de informar ao Poder Executivo Municipal a superveniência de qualquer fato que passe a caracterizar qualquer um desses impedimentos

**11.4.** A **documentação de habilitação** deverá ser apresentada em original ou por meio de qualquer processo de fotocópia, autenticada por **Tabelião de Notas ou pela equipe de apoio e o pregoeiro**. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita se for original, devendo, ainda, ser observado o seguinte:

**I** - Todos os **documentos apresentados para habilitação** deverão estar obrigatoriamente em nome da empresa que irá participar do presente certame e, preferencialmente, contendo o mesmo CNPJ e endereço respectivo;

**II** - Se o licitante **for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se **for a filial**, todos os documentos deverão estar obrigatoriamente em nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, **comprovadamente**, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade da licitante;

**III** – Acompanhados, quando emitidos em língua estrangeira, da tradução para língua portuguesa, efetuada por **Tradutor Juramentado**, e devidamente **consularizados** ou **registrados** no **Cartório de Títulos e Documentos**. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no **Cartório de Títulos e Documentos.**

**11.5.** Constatando o atendimento das exigências previstas no **Edital**, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) próprio(a) **Pregoeiro(a)**, na hipótese de inexistência de recursos administrativos, ou pela Autoridade Superior, na hipótese de existência de recursos administrativos.

**11.6.** Se a licitante desatender às exigências previstas neste **Item**, o(a) **Pregoeiro(a)** examinará a oferta subseqüente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao **Edital**, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**12.0 - DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**12.1.** Depois de homologado o resultado do presente certame, a Federação, dentro do prazo de validade da respectiva proposta, **convocará** a vencedora do certame para, na sede da Federação e no prazo de até **três (3) dias úteis**, assinar o respectivo contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

**12.2.** O prazo para assinatura do contrato, decorrente desta licitação, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora,** durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Federação.

**12.3.** Caso a licitante inicialmente convocada não assine o referido contrato, a Federação convocará a licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste **Edital**, para fazê-lo em igual prazo, sem prejuízo das sanções previstas no presente instrumento convocatório.

**12.4.** A convocação referida no **subitem 12.1**, deste **Edital**, dar-se-á por meio de expediente emitido pela Federação que será remetido à licitante vencedora do certame, através de **e-mail** e/ou do **número de fax** indicados na respectiva proposta de preços.

**12.5.** Na hipótese de convocação da segunda colocada o procedimento a ser adotado pela Federação será o mesmo estabelecido no **subitem anterior**.

**12.6.** Os **relatórios de transmissão de fax** emitido pelo aparelho da Federação e/ou de **emissão de e-mails** servirão, para todos os efeitos legais, como meio irrefutável de prova para contagem de prazo, não podendo a licitante, regularmente convocada, alegar, depois, que não tomou conhecimento da referida convocação.

**12.7.** A licitante convocada para assinar o respectivo contrato deverá apresentar, no ato da assinatura, os **documentos exigidos na habilitação** do presente certame que estejam com sua **validade vencida**, observada a forma estabelecida no **subitem 11.4**, deste **Edital**.

**13.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** A licitante que, **convocada dentro do prazo de validade de sua proposta**, descumprir qualquer das condições abaixo enumeradas, além de lhe ser aplicada multa no importe de **dez por cento (10%)** sobre o valor global estimado pela Federação para aquisição dos equipamentos licitados, ficará **impedida de licitar** e **de contratar** com a Federação, pelo prazo de até **cinco (5) anos**, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

**I** - Não assinar o respectivo contrato;

**II –** Deixar de entregar documentação exigida no **Edital**;

**III** – Apresentar documentação falsa;

**IV -** Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

**V -** Não mantiver a proposta**,** injustificadamente;

**VI -** Falhar ou fraudar na execução do contrato decorrente desta licitação

**VII -** Comportar-se de modo inidôneo;

**VIII -** Fizer declaração falsa;

**IX -** Cometer fraude fiscal.

**13.2.** Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas no contrato decorrente deste certame, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará a **licitante contratada** sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

**I -** Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Federação;

**II -** Multa de **cinco por cento (5%)** calculada sobre o valor global do contrato, para os casos de reincidência em infrações anteriormente punidas com pena de advertência;

**III -** Multa de **sete por cento** (**7%**), calculada sobre o valor global contratual, nos casos de infrações graves que acarretem o cancelamento ou suspensão do respectivo contrato ;

**IV -** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Federação, pelo prazo de até **dois (2) anos**;

**V -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **licitante contratada** ressarcir a Federação, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**13.3.** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e **impedimento de contratar** com a Federação, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública** poderão ser aplicadas à **licitante contratada** juntamente com as de multa.

**13.4.** Os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, ser recolhidos espontaneamente pela **licitante contratada** no prazo máximo de **dez (10) dias corridos**, a contar da data de recebimento da comunicação.

**13.5.** Expirado o prazo fixado no **item anterior** e não tendo a **licitante contratada** recolhido os referidos valores, a Federação fica autorizado a descontar de pagamentos eventualmente devidos, a importância correspondente à multa ainda não quitada.

**13.6.** Em última hipótese, o valor remanescente será cobrado judicialmente, assegurado à **licitante contratada** o contraditório e a ampla defesa.

**14.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**14.1.** Existindo a intenção de interpor **recurso**, a licitante deverá manifestá-lo ao(à) **Pregoeiro(a)**, expressando sucintamente suas razões, imediatamente após a **divulgação do vencedor**.

**14.2**. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor **recurso**, o prazo de **três (3) dias** para **apresentação de memoriais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar **contra-razões**, no mesmo prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**14.3**. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em **recorrer**, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo(a) **Pregoeiro(a),** à licitante vencedora.

**14.4**. O recurso contra a decisão do(a) **Pregoeiro(a)** não terá efeito suspensivo.

**14.5**. Se não reconsiderar sua decisão, o(a) **Pregoeiro(a)** submeterá o recurso, devidamente instruído, à consideração da **Autoridade Superior**, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento licitatório.

**14.6.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.7.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior **adjudicará o objeto** e **homologará** o procedimento licitatório.

**14.8.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueado aos interessados, no Setor de Licitação, no pavimento térreo do edifício-sede da Federação, localizado no endereço constante no preâmbulo deste **Edital**.

**14.9.** Dos **atos da Administração**, decorrentes da aplicação subsidiária da **Lei nº 8.666/93**, caberá:

**I** - **Recurso**, interposto no prazo de **cinco (5) dias úteis**, a contar da intimação do ato, nos casos de:

**a**) Anulação ou revogação da licitação;

**b**) Rescisão do contrato, a que se refere o **inciso I**, do, **artigo 79**, da **Lei nº 8.666/93**;

**c**) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

**II** - **Representação**, no prazo de **cinco (5) dias úteis** da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

**III** - **Pedido de reconsideração** de decisão do Presidente da Federação, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de **dez (10) dias úteis** da intimação do ato.

**14.10.** Os **recursos referidos no subitem anterior** deverão ser dirigidos à Autoridade Superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **cinco (5) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de **cinco (5) dias úteis**, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (**§ 4º**, do **artigo 109**, da **Lei nº 8.666/93**)

**14.11.** Os **recursos** e **contra-razões** previstos neste **Item** deverão ser obrigatoriamente protocolizados, dentro do prazo legal, no **Setor de Licitação**, localizado no pavimento térreo do edifício-sede da Federação, no endereço constante do preâmbulo deste **Edital**, como também deverão atender aos requisitos processuais de admissibilidade.

**14.12.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da Sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste **Edital**.

**15.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Federação, no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

**I** - **Revogá-la**, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado;

**II** - **Anulá-la** por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado;

**III - Prorrogar**, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, nesta hipótese, pelo(a) próprio(a) **Pregoeiro(a)**.

**15.2.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**15.3.** É facultado ao(à) **Pregoeiro(a)** ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, **promover diligências** com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do presente processo.

**15.4.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) **Pregoeiro(a)**, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**15.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**15.6.** As **normas** que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em **favor da ampliação da disputa** entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.7**. As **decisões** referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes/interessados por **qualquer meio de comunicação** que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no **Diário Oficial dos Municípios** (órgão oficial para publicação dos atos da Federação).

**15.8.** Só se iniciam e vencem os **prazos** referidos neste **Edital** em dia de expediente na federação.

**15.9.** Na contagem dos **prazos** previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, conforme o disposto no art. **110,** da **Lei nº 8.666/93**.

**15.10.** A participação nesta licitação implica na **aceitação** plena e irrevogável das normas constante do presente **Edital**, independente de declaração expressa.

**15.11.** O(a) **Pregoeiro(a)** atenderá aos interessados no horário de **8** às **12 horas** e de **14** às **18:00 horas**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Setor de Licitação da Federação, para melhores esclarecimentos, pessoalmente ou através do Telefone: **(84) 3212-2882**.

**15.12.** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente. As demais serão devolvidas quando da conclusão e adjudicação da Empresa vencedora do certame.

**15.13.** O(A) **Pregoeiro(a)** poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no presente Edital e seus Anexos, que serão encaminhados através de comunicado na página oficial da Federação, no link correspondente ao presente Pregão e, na hipótese de influírem **substancialmente** na elaboração das propostas, será dada divulgação pela mesma forma que se deu ao texto original.

**15.14.** Os casos omissos neste **Edital** serão resolvidos pelo(a) **Pregoeiro(a)** da Federação, nos termos da Legislação pertinente.

**16.0 - DO FORO**

**16.1.** O Foro de Natal/RN será competente para dirimir as questões oriundas do presente instrumento convocatório, renunciando as partes interessadas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Natal/RN, 20 de setembro de 2010

GILBERTO DE MORAIS TARGINO FILHO

PREGOEIRO

**ANEXO I**
**TERMO DE REFRÊNCIA**

1. OBJETO

**1.1.** O presente projeto consiste na **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS para fazer face às necessidades da Federação dos Municípios do Rio grande do Norte**, em conformidade com as especificações, quantidades e valores mercadológicos, constantes do **Anexo I**, deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

**2.1.** Os equipamentos ora solicitados destinam-se a atender às demandas da federação, uma vez que a aquisição dos mesmos vai ao

encontro dos interesses administrativos/institucionais dos órgãos que a compõem, notadamente no desenvolvimento de suas atividades, possibilitando, assim, que as mesmas sejam executadas com a maior celeridade possível, principalmente nesta área crucial aos municípios, a tecnologia em informática, por se tratar de equipamentos destinados ao treinamento de pregoeiros e membros de comissão de licitação para exercerem essa função em seus municípios.

3. QUANTIDADE

**3.1.** As especificações dos equipamentos licitados, suas unidades e seus quantitativos estão descritos no anexo I, deste Termo de Referência.

4. DO TIPO DE LICITAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**4.1.** A aquisição dos equipamentos licitados, objeto deste Termo de Referência, deverá ser efetuada mediante licitação na modalidade Pregão Presencial, uma vez que a referida modalidade proporcionará a esta Federação maior celeridade na conclusão do respectivo procedimento licitatório, como também, garantirá um maior número de licitantes e, conseqüentemente, maior possibilidade de trazer economia para os cofres desta Instituição.

**4.2.** A modalidade adotada (Pregão) tem previsão legal no seguinte Diploma:

**I - Art. 1º, da Lei Federal nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, quando rege que as "Para aquisição de equipamentos e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.".

5. DO PRAZO PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS LICITADOS

**5.1.** Assinado o contrato decorrente deste procedimento, a **licitante contratada**, depois de ter recebido a **Ordem de Fornecimento** (ou instrumento equivalente) da Federação, terá, a partir deste instante, o prazo de **vinte (20) dias úteis** para efetuar a entrega dos equipamentos licitados, objeto do respectivo certame, notadamente no endereço constante no preâmbulo do Edital de convocação.

**5.2.** O prazo fixado para entrega dos equipamentos licitados poderá, mediante solicitação escrita da **licitante contratada** e a exclusivo critério do titular da **Secretaria Executiva** da Federação, ser prorrogado por mais **dez (10) dias úteis**, estabelecendo-se que:

**I –** Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos equipamentos licitados, a **licitante contratada** deverá apresentar à Federação, até às **dezoito horas** (**18h**) do penúltimo dia do prazo estabelecido no **subitem anterior**, pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita e devidamente fundamentada.

**II -** O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega, deverá ser encaminhado à **Secretaria Executiva**, localizada no primeiro pavimento do edifício-sede da Federação, ficando a critério do titular daquela unidade acolher ou não o requerimento da **licitante contratada**.

**5.3.** Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os equipamentos tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a **licitante contratada** sujeita às penalidades previstas em **Edital** e no respectivo contrato.

**5.4.** Fica estabelecido que os equipamentos, objeto da licitação em referência, deverão ser recebidos por Comissão da Federação, designada para esse fim, ou, havendo delegação do Presidente nesse sentido, obedecendo-se aos seguintes procedimentos:

**I - Provisoriamente**: assim que forem entregues, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações técnicas contidas no contrato decorrente deste certame, na respectiva proposta de preços e no presente Termo de Referência;

**II - Definitivamente**: após verificação da conformidade dos equipamentos licitados com as referidas especificações, no prazo máximo de **dois (2) dias úteis**, contado da lavratura do termo de recebimento provisório.

**5.5.** Se, após o **recebimento provisório**, constatar-se que os equipamentos fornecidos foram entregues em desacordo com as especificações técnicas contidas no contrato a ser firmado, na respectiva proposta de preços e neste Termo de Referência, depois da **licitante contratada** ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de **dez (10) dias úteis** para entregá-los, desta vez, dentro das referidas especificações, ficando estabelecido que a Federação aceitará apenas uma única substituição.

**5.6.** O **recebimento definitivo dos equipamentos licitados**, objeto do certame em comento, não exclui a responsabilidade da **licitante contratada** quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando de sua normal utilização/uso pela Federação, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (**Lei nº 8.078/90**).

6. DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

**6.1.** Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas no contrato a ser firmado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará a **licitante contratada** sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

**I -** Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Federação;

**II -** Multa de **cinco por cento** (**5%**) calculada sobre o valor global do contrato, para os casos de reincidência em infrações anteriormente punidas com pena de advertência;

**III -** Multa de **sete por cento** (**7%**), calculada sobre o valor global contratual, nos casos de infrações graves que acarretem o cancelamento ou suspensão do respectivo contrato;

**IV -** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Federação, pelo prazo de até **dois (2) anos**;

**V -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **licitante contratada** ressarcir a Federação, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**6.2.** As sanções de **advertência**, **suspensão temporária de participar em licitação** e **impedimento de contratar** com a Federação, e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** poderão ser aplicadas à **licitante contratada** juntamente com as de multa.

**6.3.** Os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, ser recolhidos espontaneamente pela **licitante contratada** no prazo máximo de **dez (10) dias corridos**, a contar da data de recebimento da comunicação.

**6.4.** Expirado o prazo fixado no subitem anterior e não tendo a **licitante contratada** recolhido os referidos valores, a Federação fica autorizado a descontar de pagamentos eventualmente devidos, a importância correspondente à multa ainda não quitada.

**6.5.** Em última hipótese, não sendo o valor da garantia suficiente para saldar o valor da multa imposta, o valor remanescente será cobrado judicialmente, assegurado à **licitante contratada** o contraditório e a ampla defesa.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**7.1.** Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, são obrigações da **licitante contratada**:

**I** - Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato decorrente do referido certame, tais como:

**a**) salários;

**b**) seguros de acidente;

**c**) taxas, impostos e contribuições;

**d**) indenizações;

**e**) vales-refeição;

**f**) vales-transporte; e

**II -** Manter os seus empregados, por ocasião do fornecimento dos equipamentos licitados, sujeitos às normas disciplinares da Federação, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;

**III -** Manter, ainda, os seus empregados identificados (devidamente uniformizado e portando crachá), quando do fornecimento dos equipamentos licitados, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Federação;

**IV -** Responder pelos danos causados, direta ou indiretamente, à Federação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos equipamentos licitados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à **Fiscalização** da Federação;

**V -** Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos de propriedade da Federação**,** quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos equipamentos licitados e fornecidos;

**VI -** Arcar com **despesas** decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados nas dependências da Federação, bem assim, responsabilizar-se por **todas aquelas** decorrentes do pagamento de salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe; indenizações, seguro contra acidente de trabalho e **quaisquer outras** pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;

**VII –** Cumprir rigorosamente os termos da sua proposta de preços, a qual vincula-se totalmente, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer sejam no preço ou nas condições estabelecidas;

**VIII** – Fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Federação, quaisquer componentes adicionais necessários ao perfeito funcionamento/uso dos equipamentos licitados fornecidos, bem assim, entregar os equipamentos no edifício-sede da Federação, de acordo com o especificado neste Termo de Referência e em sua proposta, acompanhados da nota fiscal;

**IX** – Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, independente de ser ou não o fabricante dos equipamentos licitados, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação dos mesmos, dentro do prazo fixado pela Federação, se outro não tiver sido definido neste Termo de Referência**,** ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento dos equipamentos licitados;

**X -** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **vinte e cinco por cento (25%)** do valor global do correspondente contrato, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes da respectiva proposta de preços;

**XI** – Comunicar imediatamente à Federação qualquer alteração ocorrida no seu **endereço**, na **conta bancária**, no **e-mail**, no **telefone** e/ou **no fax**, indicados em sua proposta de preços, bem assim, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pela Federação;

**XII -** Não transferir a terceiros as obrigações decorrentes do contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, da Federação;

**XIII -** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Federação;

**XIV -** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer a execução do respectivo contrato, ainda que acontecido em dependência da Federação;

**XV -** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução do contrato a ser firmado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

**XVI -** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços descritos no presente Termo de Referência;

**XVII** – Manter, durante toda a execução do contrato a ser celebrado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

**7.2.** A inadimplência da **licitante contratada**, com referência aos encargos estabelecidos no **subitem 7.1**, deste Termo de Referência, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Federação, nem poderá onerar o objeto do respectivo contrato, razão pela qual a **licitante contratada** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Federação.

7.3. Constituem obrigações da Federação:

**I** - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços descritos no presente Termo de Referência, bem como, aplicar à **licitante contratada** as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;

**II** - Efetivar a satisfação do crédito da **licitante contratada** nos precisos termos dispostos neste instrumento;

**III** - Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **licitante contratada**, desde que pertinentes ao objeto do respectivo contrato;

**IV** – Assegurar, observadas as normas de segurança da Federação, o acesso dos empregados da **licitante contratada** ao local onde serão entregues os equipamentos;

**V** - Efetuar o recebimento dos equipamentos licitados, através de Comissão designada para esse fim**;**

**VI –** Verificar, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, se os equipamentos entregues estão em estreita conformidade com as especificações e características consignadas na respectiva proposta de preços;

**VII** - Comunicar à **licitante contratada**, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do contrato a ser firmado, exigindo que a mesma adote as providências necessárias para sanar os problemas;

**VIII** – Sustar/recusar o recebimento dos equipamentos licitados que não estiverem em conformidade com o presente Termo de Referência e com as especificações constantes da proposta apresentada pela **licitante contratada**;

**IX** - Exigir, sempre que necessário, a apresentação, pela **licitante contratada**, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejarem a sua habilitação no respectivo processo licitatório.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**8.1.** O pagamento pelo fornecimento dos equipamentos licitados será efetuado, em até **vinte (20) dias úteis,** após a apresentação de nota fiscal/fatura à **Secretaria Executiva** e acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

**I** - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (1. Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e 2. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais), **Estadual** (4. Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado e 5. Certidão Negativa de Débitos Estaduais) e **Municipal** (6. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

**II** - Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social** (CND do INSS) e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.

**8.2.** Os documentos previstos nos **incisos I** e **II**, do **subitem anterior**, devem estar com o mesmo CNPJ, razão social e endereço da **licitante contratada**, ressalvadas as hipóteses previstas em lei para a expedição de quaisquer documentos desses.

**8.3.** A **licitante contratada**, por ocasião da emissão de qualquer Nota Fiscal/Fatura alusiva aos equipamentos, objeto deste Termo de Referência, deverá, colher informações junto à **Secretaria Executiva** da Federação, para saber quais os dados que deverão constar do referido documento fiscal.

**8.4.** A **Secretaria Executiva** da Federação, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim, aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas à **licitante contratada**, por infração a cláusulas deste Contrato.

**8.6.** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, ficará pendente o pagamento até que a **licitante contratada** providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Federação.

**8.7.** Qualquer pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com os órgãos referidos nos **incisos I** e **II**, do **item 8.1**, deste Termo de Referência;

**8.8.** Havendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para isso, o **CONTRATANTE** procederá à atualização financeira diária de seus débitos, através da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo Federal - "pró rata" -, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o último dia fixado para pagamento, ou pelo índice que venha a substituí-lo, utilizando, para tanto, a seguinte fórmula:
**R = V x I** , onde:
**R** = valor da correção procurada;
**V** = valor inicial da Nota Fiscal/Fatura;
**I** = média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGP-DI (FGV), dos últimos **doze (12) meses**.

9. DA FISCALIZAÇÃO

**9.1.** A FEDERAÇÃO, para o integral cumprimento do **objeto** do contrato decorrente desta licitação, deverá designar, no caso de ainda não existir, Comissão formada por servidores de seu quadro, com conhecimento técnico na respectiva área, para acompanhamento e fiscalização da execução do respectivo contrato.

**9.2.** A Comissão, referida no **item anterior**, conforme seja o caso, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**9.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**9.4.** A **licitante contratada** deverá exercer fiscalização permanente sobre a execução do respectivo contrato, objetivando, sobretudo, manter elevado padrão de qualidade no fornecimento dos equipamentos licitados, a fim de evitar descumprimento das cláusulas do referido instrumento contratual.

10. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

**10.1.** A vigência do contrato decorrente deste certame será de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no **Diário Oficial dos Municípios**, conforme a obrigação legal, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

11. DA RESCISÃO CONTRATUAL

**11.1.** A inexecução total ou parcial contrato a ser firmado enseja a sua rescisão, conforme disposto nos **artigos 77** a **80**, da **Lei nº 8.666/93**.

**11.2.** A rescisão do respectivo contrato pode ser:

**I** - Determinada por ato unilateral e escrito da Federação, nos casos enumerados nos **incisos I** a **XII** e **XVII**, do **art. 78**, da referida lei, notificando-se a **licitante contratada** com a antecedência mínima de **trinta (30) dias**;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo de licitação, desde que haja conveniência para a Federação;

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**11.3.** A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**11.4.** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12. VALOR GLOBAL ESTIMADO

**12.1.** O custo global para aquisição dos equipamentos licitados especificados, neste Termo de Referência,, consoante se infere das informações insertas nos respectivos autos, está estimado em **R$ 25.057,66 (vinte e cinco mil, cinqüenta e sete reais e sessenta e seis centavos)**.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**13.1.** As despesas decorrentes da aquisição dos equipamentos, acima discriminados, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento a cargo da Federação.

**13.2.** Finalizado o exercício financeiro e estando o contrato, decorrente deste certame, dentro de sua vigência, deverá a Federação, se for o caso, atualizar e reservar, mediante apostilamento os recursos necessários à execução do referido instrumento contratual.
Natal/RN, 20 de setembro de 2010**.**

***GILBERTO DE MORAIS TARGINO FILHO***
Pregoeiro

**ANEXO I**

**DO TERMO DE REFERÊNCIA**

| **Lote Único** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Especificações dos equipamentos licitados** | **Marca / Modelo e Ano de Fabricação** | **Unid.** | **Qtde.** | **Preço Unitário (R$)** | **Preço Total (R$)** |
| **01** | Notebook INTEL DUAL CORE com clock de 2.1 Ghz, 2GB de memória RAM, HD SATA de 250 250 GB, tela LCD de 15,6", rede wireless, web cam, DVD/CD-RW, leitor de cartões | | un | 11 | R$ 2.030,00 | R$ 22.330,00 |
| **02** | Mini-mouse ótico USB | | un | 11 | R$ 26,00 | R$ 286,00 |
| **03** | Roteador Wireless DIR - 600 | | un | 01 | R$ 151,33 | R$ 151,33 |
| **04** | Access Point Wireless DWL 700 AP | | un | 01 | R$ 153,00 | R$ 153,00 |
| **05** | Projetor multimedia de 2500 Ansilumens, com controle remoto | | un | 01 | R$ 2.080,00 | R$ 2.080,00 |
| **06** | Extensão de 10m, 4 saídas tripolares | | un | 01 | R$ 57,33 | R$ 57,33 |
| | | | | | total | R$ 25.057,66 |

**Natal, em 20 de setembro de 2010**

***GILBERTO DE MORAIS TARGINO FILHO***

Pregoeiro

**ANEXO II**
**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

(Processo nº_____)

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA **_____**, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

A FEDERAÇÃO DOS MUNIC ÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE , com sede na _____/RN - CEP: 59_____, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, neste ato representado pelo seu Presidente, _____, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida pela SSP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede em _____, na Av. _____, neste ato representada por seu _____, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ - SSP/_____, CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e de acordo com as formalidades constantes do **Processo nº ____**, referente ao Pregão Presencial **nº 01/2010**, resolvem celebrar o presente contrato de **Fornecimento DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA**, com fundamento legal nas **Leis nrs. 10.520**, de 17 de julho de 2002e **8.666**, de 21 de junho de 1993 (com suas posteriores alterações), e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes e condições:

**Cláusula 1ª – DO OBJETO**

**1.1**. O presente **Contrato** tem por objeto a aquisição, por parte do **CONTRATANTE**, e o fornecimento, por parte da **CONTRATADA**, dos equipamentos licitados **abaixo especificados, para fazer face às necessidades da Federação**, em conformidade com da proposta de preços da **CONTRATADA**, incluindo serviços, durante o prazo de garantia dos referidos equipamentos licitados.

| **Lote Único** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Especificações dos equipamentos licitados** | **Marca / Modelo e Ano de Fabricação** | **Unid.** | **Qtde.** | **Preço Unitário (R$)** | **Preço Total (R$)** |
| **xx** | | | | | | |

**Cláusula 2ª - DO VALOR GLOBAL CONTRATUAL**

**2.1.** O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela aquisição dos equipamentos licitados fornecidos e devidamente especificados na **Cláusula anterior**, o valor global de R$ _____ (_____).

**Cláusula 3ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento anual a cargo do **CONTRATANTE.**

**3.2.** Finalizado o exercício financeiro e estando o presente Contrato dentro de sua vigência, deverá o **CONTRATANTE**, se for o caso, atualizar e reservar, mediante apostilamento e os recursos necessários à execução do referido Instrumento Contratual.

**Cláusula 4ª - DO PRAZO PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS LICITADOS**

**4.1.** Assinado o presente Contrato, a **contratada**, depois de ter recebido a **Ordem de Fornecimento** (ou instrumento equivalente) do **contratante**, terá, a partir deste instante, o prazo de **vinte (20) dias úteis** para efetuar a entrega dos equipamentos licitados, objeto desta avença, notadamente no endereço constante no rodapé deste Instrumento Contratual.

**4.2.** O prazo fixado para entrega dos equipamentos licitados poderá, mediante solicitação escrita da **contratada** e a exclusivo critério do titular da **Secretaria Executiva** do **CONTRATANTE**, ser prorrogado por mais **dez (10) dias úteis**, estabelecendo-se que:

**I –** Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos equipamentos licitados, a **contratada** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, até às **dezoito horas** (**18h**) do penúltimo dia do prazo estabelecido no **item anterior**, pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita e devidamente fundamentada.

**II -** O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega, deverá ser encaminhado à **Secretaria de Administração**, localizada no primeiro pavimento do edifício-sede do **CONTRATANTE**, ficando a critério do titular daquela unidade acolher ou não o requerimento da **contratada**.

**4.3.** Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os equipamentos tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a **contratada** sujeita às penalidades previstas no presente Contrato.

**4.4.** Fica estabelecido que os equipamentos, objeto deste Contrato, deverão ser recebidos por Comissão do **CONTRATANTE**, designada para esse fim, obedecendo-se aos seguintes procedimentos:

**I - Provisoriamente**: assim que forem entregues, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações técnicas contidas no presente Contrato, na respectiva proposta de preços e no Anexo I (Termo de Referência), do Edital do Pregão Presencial nº **01/2010**;

**II - Definitivamente**: após verificação da conformidade dos equipamentos licitados com as referidas especificações, no prazo máximo de **dois (2) dias úteis**, contado da lavratura do termo de recebimento provisório.

**4.5.** Se, após o **recebimento provisório**, constatar-se que os equipamentos fornecidos foram entregues em desacordo com as especificações técnicas contidas neste Contrato, na respectiva proposta de preços e no Anexo I (Termo de Referência), do Edital do Pregão Presencial nº**01/2010**, depois da **contratada** ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de **dez (10) dias úteis** para entregá-los, desta vez, dentro das referidas especificações, ficando estabelecido que o **CONTRATANTE** aceitará apenas uma única substituição.

**4.6.** O **recebimento definitivo dos equipamentos licitados**, objeto deste Contrato, não exclui a responsabilidade da **contratada** quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando de sua normal utilização/uso pelo **CONTRATANTE**, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (**Lei nº 8.078/90**).

**Cláusula 5ª – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento pelo fornecimento dos equipamentos licitados adquiridos, será efetuado, em até **vinte (20) dias úteis,** após a apresentação de nota fiscal/fatura à **Secretaria Executiva** do **CONTRATANTE** e acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

**I** - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (1. Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e 2. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais), **Estadual** (4. Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado e 5. Certidão Negativa de Débitos Estaduais) e **Municipal** (6. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

**II** - Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social** (CND do INSS) e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.

**5.2.** Os documentos previstos nos **incisos I** e **II**, do **item anterior**, devem estar com o mesmo CNPJ, razão social e endereço da **CONTRATADA**, ressalvadas as hipóteses previstas em lei para a expedição de quaisquer documentos desses.

**5.3.** A Nota Fiscal/Fatura, além de estar acompanhada dos documentos previstos nos **incisos** do **item anterior**, deverá ser remetida à **Secretaria Executiva** do **CONTRATANTE** para liquidação e pagamento dentro do prazo estabelecido nesta avença.

**5.4.** A **CONTRATADA**, por ocasião da emissão de qualquer Nota Fiscal/Fatura, deverá, previamente, colher informações junto à **Secretaria de Administração** do **CONTRATANTE**, para saber quais os dados que deverão constar do referido documento fiscal

**5.5.** A **Secretaria Executiva** do **CONTRATANTE**, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim, aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas à **CONTRATADA**, por infração a cláusulas deste Contrato.

**5.6.** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, ficará pendente o pagamento até que a **Contratada** providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o **Contratante**.

**5.7.** Qualquer pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com os órgãos referidos nos **incisos I** e **II**, do **item 5.1**, desta **Cláusula**;

**5.8.** Havendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para isso, o **CONTRATANTE** procederá à atualização financeira diária de seus débitos, através da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo Federal - "pró rata" -, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o último dia fixado para pagamento, ou pelo índice que venha a substituí-lo, utilizando, para tanto, a seguinte fórmula:

**R = V x I** , onde:

**R** = valor da correção procurada;

**V** = valor inicial da Nota Fiscal/Fatura;

**I** = média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPDI (FGV), dos últimos **doze (12) meses**.

**Cláusula 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**6.1.** Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, são obrigações da **CONTRATADA**:

**I** - Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução deste Contrato, tais como:

**a**) salários;

**b**) seguros de acidente;

**c**) taxas, impostos e contribuições;

**d**) indenizações;

**e**) vales-refeição;

**f**) vales-transporte; e

**g**) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

**II -** Manter os seus empregados, por ocasião do fornecimento dos equipamentos licitados, sujeitos às normas disciplinares do **CONTRATANTE**, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;

**III -** Manter, ainda, os seus empregados identificados (devidamente uniformizado e portando crachá), quando do fornecimento dos equipamentos licitados, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do **CONTRATANTE**;

**IV -** Responder pelos danos causados, direta ou diretamente, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos equipamentos licitados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à **Fiscalização** do **CONTRATANTE**;

**V -** Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos de propriedade do **CONTRATANTE,** quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos equipamentos licitados fornecidos;

**VI -** Arcar com **despesas** decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados nas dependências do **CONTRATANTE**, bem assim, responsabilizar-se por **todas aquelas** decorrentes do pagamento de salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe; indenizações, seguro contra acidente de trabalho e **quaisquer outras** pertinentes ao objeto deste Contrato;

**VII –** Cumprir rigorosamente os termos da sua proposta de preços, a qual vincula-se totalmente, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer sejam no preço ou nas condições estabelecidas;

**VIII** – Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE**, quaisquer componentes adicionais necessários ao perfeito funcionamento/uso dos equipamentos licitados fornecidos, bem assim, entregar os equipamentos no edifício-sede da Federação, situado na _____RN, de acordo com o especificado neste Contrato e em sua proposta, acompanhados da nota fiscal;

**IX -** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **vinte e cinco por cento (25%)** do valor global do correspondente contrato, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes da respectiva proposta de preços;

**X** – Comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no seu **endereço**, na **conta bancária**, no **e-mail**, no **telefone** e/ou **no fax**, indicados em sua proposta de preços, bem assim, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelo **CONTRATANTE**;

**XI -** Não transferir a terceiros as obrigações decorrentes deste Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, do **CONTRATANTE**;

**XII -** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

**XIII -** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer a execução do presente Contrato, ainda que acontecido em dependência do **CONTRATANTE**;

**XIV -** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

**XV -** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços descritos no presente Contrato;

**XVI** – Manter, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

**6.2.** A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no **item 6.1**, desta **Cláusula**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

**6.3.** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

**I** - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços descritos no presente Contrato, bem como, aplicar à **contratada** as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;

**II** - Efetivar a satisfação do crédito da **contratada** nos precisos termos dispostos neste Instrumento Contratual;

**III** - Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **contratada**, desde que pertinentes ao objeto do presente Contrato;

**IV** – Assegurar, observadas as normas de segurança do **CONTRATANTE**, o acesso dos empregados da **contratada** ao local onde serão entregues os equipamentos;

**V** - Efetuar o recebimento dos equipamentos licitados, através de Comissão designada para esse fim, fornecendo comprovante à **contratada;**

**VI –** Verificar, em conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato, se os equipamentos entregues estão em estreita conformidade com as especificações e características consignadas na respectiva proposta de preços;

**VII** - Comunicar à **contratada**, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do presente Contrato, exigindo que a mesma adote as providências necessárias para sanar os problemas;

**VIII** – Sustar/recusar o recebimento dos equipamentos licitados que não estiverem em conformidade com o presente Contrato e com as especificações constantes da proposta apresentada pela **contratada**;

**IX** - Exigir, sempre que necessário, a apresentação, pela **contratada**, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejarem a sua habilitação no respectivo processo licitatório.

**Cláusula 7ª – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS**

**7.1.** Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas no presente Contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará a **CONTRATADA** sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

**I -** Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos ao **CONTRATANTE**;
**II -** Multa de **cinco por cento** (**5%**) calculada sobre o valor global deste Contrato, para os casos de reincidência em infrações anteriormente punidas com pena de advertência;
**III -** Multa de **sete por cento** (**7%**), calculada sobre o valor global deste Contrato, nos casos de infrações graves que acarretem o cancelamento ou suspensão do presente instrumento contratual;
**IV -** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até **dois (2) anos**;
**V -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE**, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**7.2.** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e **impedimento de contratar** com o **CONTRATANTE**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública** poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as de multa.

**7.3.** Os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, ser recolhidos espontaneamente pela **CONTRATADA** no prazo máximo de **dez (10) dias corridos**, a contar da data de recebimento da comunicação.

**7.4.** Expirado o prazo fixado no **item anterior** e não tendo a **CONTRATADA** recolhido os referidos valores, o **CONTRATANTE** fica autorizado a descontar de pagamentos eventualmente devidos, a importância correspondente à multa ainda não quitada.

**7.5.** Em última hipótese, o valor remanescente será cobrado judicialmente, assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

**Cláusula 8ª - DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** O **CONTRATANTE**, para o integral cumprimento do **objeto** deste Contrato, poderá designar, no caso de ainda não existir, Comissão formada por servidores de seu quadro, com conhecimento técnico na respectiva área, para acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados.
**8.2.** A Comissão, referida no **item anterior**, conforme seja o caso, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**8.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**8.4.** A **contratada** deverá exercer fiscalização permanente sobre a execução deste Contrato, objetivando, sobretudo, manter elevado padrão de qualidade no fornecimento dos equipamentos licitados a fim de evitar descumprimento das cláusulas do presente instrumento contratual.

**Cláusula 9ª - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**9.1.** A vigência do presente Contrato será de01 (***um***) ano, contados a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no **Diário Oficial dos Municípios, conforme a obrigação legal**, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

**Cláusula 10ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1.** A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos **artigos 77** a **80**, da **Lei nº 8.666/93**.

**10.2.** A rescisão deste Contrato pode ser:

**I** - Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos **incisos I** a **XII** e **XVII**, do **art. 78**, da referida lei, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
**II** - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo de licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**10.3.** A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**10.4.** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Cláusula 11ª - DA VINCULAÇÃO**

**11.1.** Vinculam-se ao presente Contrato, fazendo parte deste, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº**01/2010** e seus anexos, como também, a Proposta de Preços da **Contratada**.

**Cláusula 12ª – DA PUBLICAÇÃO**

**12.1.** O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, conforme a obrigação legal, em obediência ao disposto do **§ 1º**, do **art. 61**, da **Lei nº 8.666/93**.

**Cláusula 13ª - DO FORO**

**13.1.** Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**14.2.** E por estarem as partes, justas, combinadas e contratadas, firmam o presente instrumento contratual em **três (3) vias,** de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.
natal/RN, ____ de _____ de 2010**.**

***LUIZ BENES LEOCADIO DE ARAUJO***

Presidente

_____

**Nome da Empresa**

Nome do Representante Legal da Empresa

**TESTEMUNHAS**:

1ª: _____
CPF: _____

2ª: _____
CPF: _____

**Publicado por:**
Armanda Santos Lima de Oliveira
**Código Identificador:**4B84C11F